

Elementos a considerar na avaliação de Políticas Públicas

Elements to consider in the evaluation of Public Policies

Elementos a tener en cuenta en la evaluación de las Políticas Públicas

Éléments à considérer dans l'évaluation des Politiques Publiques

*Ivana Leila Carvalho Fernandes**

*Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo***

Resumo: O presente artigo tem por objetivo dialogar reflexivamente sobre o tema da avaliação de políticas públicas no Brasil articulando uma discussão sobre os principais conceitos envolvidos nesse campo metodológico. Trata-se de um estudo de caráter teórico que se fundamenta em autores que têm se dedicado a realizar estudos e pesquisas sobre tal temática. Tem-se como problemática a relevância dada à avaliação de políticas públicas no Brasil. Para melhor compreensão do assunto foi abordado o sentido do termo avaliação e os tipos comuns de métodos de avaliação, como também a importância da construção de indicadores sociais para a melhoria do desempenho das políticas e programas sociais.

Palavras-chave: Avaliação, Políticas públicas, Monitoramento.

Abstract: This article aims to conduct a reflective dialogue on the topic of evaluation of public policies in Brazil articulating a discussion of the main concepts involved in the methodological field. This is a study of theoretical character that is based on authors who have dedicated themselves to conduct studies and research on the topic. The problem is related to consideration given to evaluation of public policies in Brazil. For better understanding of the subject was approached sense of the term evaluation and common types of evaluation method, as well as the importance of building social indicators to improve the performance of social policies and programs.

Keywords: Evaluation, Public Policy, Monitoring.

* Economista Doméstica, Mestre em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP). E-mail: ivanaleilac@yahoo.com.br

** Professora Doutora do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP). Universidade Federal do Ceará. E-mail: gema@ufc.br

Introdução A avaliação constitui para os avaliadores importante instrumento instrucional sobre o complexo funcionamento e desempenho das políticas públicas. Este método, conforme Ala-Harja e Helgason (2000), pode ser compreendido como uma análise sistemática de aspectos importantes de um programa, para oferecer informações fundamentais a serem utilizadas na melhoria da concepção, implementação e execução deste.

Nesse sentido, este artigo resgata abordagens históricas da avaliação de políticas públicas no Brasil, retratando os diferentes tipos de avaliação e a importância da utilização de cada uma em processos avaliativos. Também aponta para a importância da criação de indicadores sociais no processo de avaliação e monitoramento de políticas e programas sociais.

História e significado da Avaliação no Brasil

No Brasil, a expansão das avaliações de políticas e programas sociais é registrada a partir dos anos 80, quando os movimentos sociais começam a demandar políticas sociais universalizadas como um direito de cidadania. Nessa mesma época, aprofunda-se a crítica ao padrão de políticas sociais desenvolvidas na América Latina e especificamente no Brasil. Essas críticas se referem, contundentemente, ao mau uso do dinheiro público e à desfocalização dos programas sociais em relação à população mais necessitada. A disseminação ainda se deve às exigências dos organismos internacionais, como

o Banco Mundial Interamericano de Desenvolvimento, os quais demandavam reforma dos programas sociais, pautada pela focalização, descentralização e privatização. Nesse âmbito, as instituições financiadoras incluem a avaliação das políticas sociais como condição para o seu financiamento, passando a exigir mais racionalidade de gasto público e do rendimento dos recursos aplicados. Dessa forma, desenvolve-se a avaliação no sentido de aferir a eficiência na utilização dos recursos e para dimensionar o grau de eficácia com que os objetivos dos programas estão sendo alcançados (Silva, 2001, p. 46).

Rico (1998) afirma que a avaliação de políticas públicas está ancorada num conjunto de valores e noções sobre a realidade social partilhados pelos membros de um governo. Esses valores e noções fornecem os termos do debate sobre as políticas públicas, delimitando e circunscrevendo a agenda pública em um determinado momento.

O Quadro 1 apresenta elementos que contextualizam e instrumentalizam uma análise política das políticas, que se faz necessária para a compreensão do caráter relacional e de materialidade.

Quadro 1– Períodos/princípios e efeitos esperados das políticas públicas no Brasil (1930 a 2011):

PERÍODOS/ PRINCÍPIOS	EFEITOS ESPERADOS
Primeira Era Vargas (1930 – 1945) Incorporação e integração social	Incorporação tutelada das massas urbanas à sociedade oligárquica; incorporação dos novos atores na cena política.
Populismo (1945 – 1960) Ampliação da participação política	Submissão das políticas à lógica do mercado político; políticas como moeda de troca política.
Crise do Populismo (1960 – 1964) Redistribuição da renda	Expansão organizacional do aparato público das políticas; reformas de base permitem superar o desenvolvimento social e a estagnação.
Autoritarismo Burocrático (1964 – 1967)/ (1967 – 1973) Modernização conservadora / Crescimento sem distribuição da renda	Submissão das políticas públicas à lógica da acumulação; reformismo conservador; expansão dos complexos empresariais de provisão de bens e serviços sociais.
Distensão e Transição (1974 – 1984) Redistributivismo Conservador: primado na desigualdade sobre a pobreza absoluta no debate político	Expansão acelerada dos complexos empresariais de provisão de bens e serviços sociais, com opção moderadamente redistributiva.
Nova República (início 1985) Reformismo socialdemocrata: universalismo, descentralização, transparência.	Redesenho das políticas, tornando-as mais eficientes, democráticas e redistributivas.
Governo Collor (1990-1992) Reformas como imperativo de “governabilidade”	Reestruturação <i>ad hoc</i> e pouco consistente das políticas públicas: focalização, seletividade e redefinição do <i>mix</i> público-privado das políticas compensatórias dos custos sociais da estabilização.
Governo FHC (1995-2002) Instituição da boa governança; ação pública como fixação de regras do jogo estáveis e universalistas; primado da pobreza absoluta sobre a desigualdade no debate público.	Focalização, seletividade e redefinição do <i>mix</i> público-privado das políticas; restauração das bases fiscais das políticas; políticas compensatórias dos custos sociais da estabilização.
Governo Lula (2003-2010) Reforma Institucional; Reestruturação de ministérios; Desenvolvimento social; fragmentação de domínios de política; exercício da vontade política.	Ampliação do acesso aos programas sociais; mudanças sociais; contribuição ao desenvolvimento.
Governo Dilma (2011-atual) Continuidade do projeto político do Governo Lula	Ampliação do acesso aos programas sociais; monitoramento e avaliação das políticas regional e local; mudanças sociais; contribuição ao desenvolvimento.

Fonte: Rico, 1998; Martins, 2006; Pousa Junior, 2011.

O Quadro 1 indica a necessidade do conhecimento analítico dos diferentes contextos políticos em que se realizam as políticas públicas, pois cada momento histórico aporta sentidos específicos em cada período e de acordo com cada governo.

O movimento político do Estado brasileiro até a década de 1960 se fazia a partir de um caráter estrutural/compreensivo ou incremental, definido na agenda do populismo radical pelo binômio reforma de

base ou estagnação social e econômica. Do final da década em diante, sua ação política se desloca da problemática da estagnação para a questão do desenvolvimento econômico versus distribuição de renda.

Até esse período, a principal característica do Estado brasileiro era seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário. Não trazia, na sua concepção, o projeto de Estado de Bem-Estar Social. O Estado brasileiro agia na promoção

do desenvolvimento com suas ações voltadas para o crescimento econômico, sem empenho e prioridade para políticas de transformação das desiguais relações na sociedade. Um Estado conservador que logrou promover importantes transformações sem alterar a estrutura de propriedade, a concentração de renda, por exemplo. Nessa fase, o objetivo central do Estado brasileiro era consolidar o processo de industrialização e fazer do Brasil uma grande potência econômica para construir uma nação forte no cenário mundial (Bacelar, 2003).

O binômio crescimento versus distribuição de renda somente vai ser questionado pela sociedade civil organizada em meados dos anos 1980 com lutas pela redemocratização do país e, nesse contexto, trazendo o debate dos direitos humanos e universais e a eficiência e eficácia social de políticas públicas.

A década de 1990, permeada de mudanças no campo econômico, advindas de crises na economia mundial, provoca um novo rearranjo das forças da elite política brasileira. Esta se volta para colocar o Estado brasileiro numa relação de subordinação ao projeto neoliberal dirigido pela economia capitalista globalizada. Os avanços discursivos inscritos na Constituição brasileira de 1988 são disputados e tensionados na arena política para garantir o avanço dos direitos sociais (Rico, 1998).

O governo Lula (2002 – 2010), eleito pelos movimentos populares e esperança de consolidação de direitos sociais, é palco de contradições e de disputa pelo controle social de políticas públicas de caráter coletivo. O governo Dilma (2011 – atual) aponta como necessidade a manutenção da política econômica e como prioridade o desenvolvimento social, com ampliação

do acesso aos programas sociais a marcar a intenção de tornar o Brasil um país sem miséria.

Inscrive-se, assim, nas últimas décadas, um panorama político favorável e necessário à avaliação de políticas públicas com intenções claras no acompanhamento e monitoramento para a sua efetividade, seja nas escalas nacional, regional ou local (Martins, 2006; Pousa Junior, 2011).

Acompanhar o processo e desenvolvimento das políticas, programas, planos e projetos sociais é para o campo da avaliação uma preocupação permanente. A avaliação política das políticas se faz necessária diante das especificidades de cada ação governamental (Projeto, Programa e Plano) e das forças políticas que disputam cada projeto político para delinear a face da nação.

Para um melhor entendimento desses termos, Cohen e Franco (1998) ressaltam que Projeto, Programa e Plano indicam modalidades de intervenção social que diferem em escopo e duração. O projeto é um empreendimento planejado. Consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos, dentro dos limites de um orçamento e de um prazo determinado. Um conjunto de projetos que visam aos mesmos objetivos é denominado programa. Um plano é a soma dos programas que procuram objetivos comuns, ordena os objetivos gerais e os desagrega em objetivos específicos, que formarão, por sua vez, os objetivos gerais dos programas.

No caso da política pública, Rodrigues (2010) explica que esta é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade (cujos interesses, valores e objetivos são divergentes) tomam decisões coletivas que condicionam o conjunto dessa

formação social. Quando essas decisões são tomadas, elas convergem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum.

Conforme Silva (2001), o processo de desenvolvimento das modalidades citadas é acompanhado por diferentes sujeitos:

Grupos de pressão, movimentos sociais e outras organizações da sociedade, potenciais beneficiários dos programas sociais, responsáveis pela transformação de problemas em questões sociais que integrarão ou não as agendas públicas, sendo orientados pela lógica das necessidades e dos resultados.

Partidos políticos ou políticos individualmente, que propõem e aprovam políticas, responsáveis por tomar decisões e fixar prioridades e grandes objetivos das políticas. Orientados pela lógica política, centram-se mais nas demandas do que nas necessidades, sendo sensíveis a pressões de grupos organizados para defender seus interesses.

Administradores e burocratas, responsáveis pela administração dos programas sociais, são orientados por uma racionalidade baseada nos procedimentos, na aplicação de normas e na competência legal que se expressam pela lógica legal.

Técnicos, planejadores e avaliadores responsáveis pela formulação de alternativas de políticas e execução de programas, sendo orientados pela lógica dos fins ou resultados (Silva, 2001, p. 41).

Sendo o processo de avaliação e monitoramento composto por diferentes sujeitos, este é também permeado de interesses distintos e contraditórios. Tais interesses são mediados pelo Estado, especificamente pelo sistema político. Conforme Silva (2008), a constituição deste pode ser explicada pelos três principais paradigmas da ciência política contemporânea:

Para os pluralistas, orientados pela matriz liberal, a constituição dos interesses tem

como fundamento a racionalidade do indivíduo e os direitos naturais de liberdade e igualdade, sendo que o interesse social coincide com os interesses dos indivíduos, na medida em que a busca de interesses próprios faz os indivíduos constituírem grupos de interesses ou de pressão, capazes de maximizar o bem-estar coletivo. Para os marxistas, não existem interesses de indivíduos, mas da classe. Por tanto, os interesses dependem do grupo fundamental no qual os indivíduos se inserem, e a realização desses interesses requer ação política, pela qual a classe se constitui enquanto tal. Para os neoinstitucionalistas, orientados pela matriz weberiana, o Estado é capaz de constituir e defender interesses que se expressam em objetivos próprios, não decorrendo, necessariamente, nem de grupos nem de classes (Silva, 2008, p. 98).

Nesse sentido, a avaliação pode ser entendida como um possível instrumento que pode ser utilizado por segmentos sociais organizados numa correlação de forças com ou contra o Estado, que, por sua vez, cria as estratégias para atender aos diferentes grupos.

O monitoramento pode ser compreendido como o acompanhamento contínuo, regular e sistemático do desenvolvimento dos programas em relação a seus objetivos e metas. Busca prover informações sobre o programa para seus gestores, permitindo a adoção de medidas corretivas para melhorar sua operacionalização. É realizado por meio de indicadores, construídos a partir de bases de dados próprias ou de terceiros (Sousa, Lucas e Azevedo, 2009).

Há, porém, no jogo de estratégias definidas pelo Estado, prioridades e não prioridades nesse campo, o que tem tornado este mesmo Estado uma instituição em processo de contradição, que, por um lado, se preocupa em criar políticas públicas, mas, por outro, não torna efetivo o processo

de avaliação e monitoramento com vistas a melhorias no desenvolvimento dessas políticas.

Apesar disso, a Constituição Federal de 1988, em seu Decreto nº 2.829 de 29 de outubro, art. 5º, determinou que: "Será realizada avaliação anual da consecução dos objetivos estratégicos do Governo Federal e do resultado dos Programas, para subsidiar a elaboração da lei de diretrizes orçamentárias de cada exercício" (Brasil, 1988).

Nessa perspectiva, Holanda (2006) destaca que alguns setores no Brasil realizam de maneira constante avaliações de seus programas. Determinadas áreas têm patrocinado frequentemente os programas de maior destaque. É o caso da Educação, que já firmou importantes sistemas de avaliação num processo histórico para o Ensino Médio, a Educação Superior e a Pós-Graduação.

Isso significa que para a avaliação de políticas públicas é necessário investimentos a partir de interesses políticos e econômicos. Mesmo com a ampla experiência do Brasil na área de avaliação, ela ainda não está consolidada. As tentativas de avaliar programas sociais têm se caracterizado pela dispersão e descontinuidade dos processos.

É certo que outras áreas, além da Educação, têm sido avaliadas, no entanto não com a mesma frequência. Estão, nesse caso, áreas como a de saúde, assistência social, segurança pública, apoio às atividades econômicas das classes de baixa renda, ou seja, os programas sociais mais variados possíveis.

Os programas sociais podem ser entendidos como ações executadas pelo governo ou por organizações do terceiro setor, tendo em vista a melhoria da condição humana (Holanda, 2006). Para a permanência

e progresso desses programas, há uma necessidade de avaliação e monitoramento, como já mencionado, por diferentes sujeitos.

Cabe ainda aprofundar a compreensão do termo avaliação. Esta pode ser compreendida como uma atividade que tem como objetivo maximizar a eficácia dos programas na obtenção de seus fins e a eficiência na alocação de recursos para a consecução destes. A eficácia está relacionada ao alcance dos objetivos do programa, enquanto a eficiência está associada à minimização dos custos. Também é possível verificar a efetividade dos programas mediante avaliação, ou seja, os resultados concretos atingidos pelos programas associados aos fins, objetivos e metas (Cohen e Franco, 1998).

Para Ala-Harja e Helgason (2000), "a avaliação é uma ferramenta que visa oferecer informações quanto aos resultados obtidos por organizações e programas" (p.5). Entretanto, a avaliação não corresponde simplesmente a um instrumento ou a uma técnica neutra, mas parte de certa concepção de justiça, o que envolve um julgamento de valor, uma medida de aprovação ou reprovação a uma política ou programa (Arretche, 1999).

Para tais medidas é necessário escolher a combinação certa dos métodos ou a que mais se adequar aos interesses da avaliação, bem como o tipo de avaliação a ser utilizada.

Tipos de avaliação

Há diferentes modos de realizar uma avaliação. Alguns critérios devem ser considerados, como o momento em que se avalia, a procedência dos avaliadores,

os aspectos de intervenção priorizados e o que interessa saber sobre a política e o programa que se pretende avaliar. Sobre o momento, distinguem-se dois tipos: a avaliação ex ante (realizadas antes do início do programa), que visa subsidiar o processo decisório, apontando a conveniência ou não de se realizar o projeto, e a avaliação ex post (realizada durante a fase de execução ou após a conclusão do programa), que auxilia os patrocinadores da política a decidirem pela manutenção e/ou reformulação do seu desenho original. Acerca da procedência dos executores, a avaliação pode ser classificada em externa, interna, mista e participativa, ou seja, pode ser realizada por avaliadores membros do programa ou não. A decisão por qualquer uma dessas modalidades envolve ganhos e benefícios (Cotta, 1998).

Quanto aos aspectos do Programa, as avaliações podem ser identificadas como:

Avaliação de Processo diz respeito à dimensão de gestão. Sua finalidade é julgar se a intervenção está sendo implementada como planejado, se a população-alvo está sendo atingida, se o cronograma está sendo cumprido, se os recursos estão sendo usados com eficiência etc. Trata-se, enfim, do acompanhamento sistemático da evolução das metas do programa ou projeto.

Avaliação de Resultados, por sua vez, tem objetivos mais ambiciosos. O primeiro deles é indagar se houve alterações na situação-problema após a intervenção. Em caso afirmativo, deve-se estabelecer uma relação de causalidade entre tais alterações e certos atributos do programa ou projeto (Cotta, 1998, p. 110).

Segundo Ala-Harja e Helgason (2000), as avaliações também podem ser Somativas ou Formativas. No primeiro caso, elas geralmente são realizadas por avaliadores externos e são conduzidas frequentemente quando o programa já está implementado(ex

post) para o estudo de sua eficácia e o julgamento de seu valor. As avaliações Formativas geralmente são adotadas durante a implementação de um programa como um meio de se adquirir mais conhecimento quanto a um processo de aprendizagem para o qual se deseja contribuir. Este tipo de avaliação tem como propósito apoiar e melhorar a gestão, a implementação e o desenvolvimento do programa.

A construção de indicadores sociais

Os indicadores sociais correspondem a um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na sociedade. Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. Para a pesquisa acadêmica, o indicador social é, pois, o elo entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados (Januzzi, 2002).

Segundo Edgar et al. (2006), os indicadores sociais podem ser classificados como quantitativos e qualitativos. Os quantitativos referem-se a ocorrências concretas ou fatos empíricos de uma realidade social, construídos por meio de métodos estatísticos; enquanto os qualitativos correspondem a medidas

construídas sobre dada realidade social, a partir da avaliação de especialistas com relação a diferentes aspectos investigados e levantados com base na opinião pública ou de grupos de discussão.

Quanto ao aspecto descritivo, de acordo com Sousa, Lucas e Azevedo (2009), os indicadores podem ser classificados como de Estrutura, isto é, os relativos à execução físico-financeira, à infraestrutura, etc; de Processos, aqueles associados às etapas/ relações que fazem parte da implementação do programa; e de Resultados, os que se referem à execução das metas do programa.

Segundo Minayo (2009), do ponto de vista de sua utilidade, além de ser um dispositivo para medição, para o estabelecimento de parâmetros e para avaliação, os indicadores são importantes instrumentos de gestão, pois permitem ao administrador operar sobre dimensões-chave de sistemas e de processos, monitorando situações que devem ser mudadas, incentivadas ou potencializadas desde o início de uma intervenção até o alcance do que foi pretendido e previsto como resultado.

Os indicadores sociais também devem responder às preocupações quanto à dinâmica social de uma dada realidade e elucidar questões que não se atenam somente ao que pode ser mensurado, ou seja, devem ir além da informação quantitativa e, desta forma, aproximar-se dos conflitos de interesse, que são o motor do processo social (Santagada, 2007).

Minayo (2009) acrescenta que os indicadores qualitativos devem ser construídos de forma participativa e considerados como balizas avaliativas para mapear com mais profundidade a natureza das mudanças ocorridas e em processo. Por isso, a participação dos sujeitos é essencial para a construção de indicadores.

Contudo, Paula (2001) alerta que os indicadores sociais podem ser usados para mostrar resultados considerando a situação em que se encontram, em determinado momento no tempo, mas não necessariamente com o objetivo de realizar uma apreciação conclusiva ou de impacto do programa.

Considerações finais

No escopo deste artigo, buscou-se reunir reflexões para apoiar iniciativas e experiências avaliativas de políticas públicas, destacando o trato histórico dado ao método de acordo com a conjuntura política nacional em diferentes épocas. Trata-se de um campo de disputas e interesses políticos diversos que envolvem diferentes sujeitos em seu processo de desenvolvimento e consolidação. Conceitualmente, o termo avaliação é amplo e complexo não podendo ser fechado em uma única definição, mas envolve fundamentalmente a participação conjunta da sociedade civil.

Essa participação deve advogar também a criação de indicadores sociais e o consequente monitoramento, no sentido de melhorar o desempenho das políticas e programas sociais no Brasil. Além disso, para a compreensão relacional e em profundidade das políticas e programas sociais, considerar necessária a avaliação política das políticas significa problematizar o contexto político do país, assim como o governo vigente e em disputa.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, C, A, M, ET AL. *Indicadores para monitoramento de programas e projetos*. São Paulo: FUNDAP, 2006.
- ALA-HARJA, M; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. *Revista do Serviço Público*, ano 51, nº 4, Out/Dez. 2000.
- ARRETE, M, T, S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E, M. *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1999.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1988. Normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2829.htm>. Acesso em: > 05.fev.2011.
- BACELAR, T. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JÚNIOR, O. A. et al. *Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- COHEN, E; FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COTTA, T.C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. *Revista de Serviço Público*, v. 49, nº 2, p. 105-126, abr./jun. 1998.
- HOLANDA, A, N, C. *Avaliação de programas: conceitos básicos sobre a avaliação "ex-post" de programas e projetos*. Fortaleza: ABC Editora, 2006.
- JANUZZI, P.M. Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas. *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, 51-72, jan./fev. 2002.
- MARTINS, H.F. Políticas de Gestão Pública no Governo Lula: um campo ainda fragmentado. *Revista sobre a Reforma do Estado*. nº 5. Mar. Abr. maio. 2006.
- MINAYO, M.C. Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças. *Revista Brasileira de Educação Médica*. nº 33, 83-91; 2009.
- PAULA, L.A.M. Marco teórico sobre avaliação e monitoramento. In: VI Congresso Internacional Del CLAD Sobre La Reforma Del Estado y de La Administración Pública. *Anais*, Buenos Aires: CLAD, 2001.
- POUSA JUNIOR, E.F. Avaliação das políticas públicas para erradicação da pobreza implementadas no governo Dilma Rousseff - considerações acerca das políticas de bem-estar social. *Conteúdo Jurídico*, Brasília,DF: 04 ago. 2011. Disponível em:<<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.32971&seo=1>>. Acesso em: 06 jun. 2012.
- RICO, E.M. *Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998.
- RODRIGUES, M.M.A. *Políticas Públicas*. São Paulo: Publifolha, 2010.
- SILVA, M.O.S. *Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico-metodológicos*. São Paulo: Veras, 2008.
- _____. *Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática*. São Paulo: Veras Editora, 2001.
- SOUSA, R. P.; LUCAS, H.; AZEVEDO, M. *Modelo de Monitoramento e Avaliação da Saúde Indígena* [S.L.] CEBRAP, 2009.

Resumen: Este artículo trata de una investigación evaluativa realizada en la Maestría de Evaluación de Políticas Públicas (MAPP), intitulada Políticas Públicas de afrontamiento a las violencias contra los niños y adolescentes: evaluación de la implementación del proyecto Escuela que Protege en la red municipal de enseñanza de Fortaleza. El proyecto fue implementado por la Prefectura Municipal de Fortaleza (PMF), por intermedio de la Secretaria Municipal de Educación (SME), en 2007. Trataremos sobre el método de investigación de efectividad que evalúa los impactos del proyecto en la escuela por medio de entrevistas con profesionales de educación que pasaron por la formación, principal estrategia de implementación de políticas, y deben estar aptos a identificar, notificar y reportar las situaciones de violencia por ellos identificada. Presentaremos el contexto del proyecto como política pública y educacional de carácter social, luego una discusión sobre las cuestiones que involucraron su implementación y elaboración, finalizando con la definición del método de investigación evaluativa y sus principales resultados, con fines de colaborar con la planificación e implementación de políticas públicas educacionales que tratan de cuestiones de relevancia social a las cuales se caracterizan de forma transversal e interdisciplinar. Demandan, así, acciones intersectoriales con fines de que estas políticas se efectúen satisfactoriamente, en acuerdo con las conclusiones del último capítulo de la disertación.

Palabras-clave: evaluación, políticas públicas educacionales, transversalidad, interdisciplinariedad, violencia.

Résumé: Cet article traite de la recherche d'évaluation tenue dans le Master en Évaluation des Politiques Publiques (MAPP), intitulé Politiques Publiques de Combat à Violence Contre les Enfants et Adolescents: évaluation de la mise en oeuvre du Projet École que Protege dans les écoles municipales de Fortaleza. Le projet a été mis en oeuvre par la préfecture municipale de Fortaleza (PMF), à travers de la Secrétariat Municipal d'Éducation (SME), en 2007. On parlera ici sur le méthode de recherche efficace que évalue les impacts du projet dans les écoles à travers des entrevues avec les professionnels d'éducation, qui ont passé par la formation, principal stratégie pour mettre en oeuvre de politique, et doivent être habilité à identifier, notifier, et reporter les situations de violences pour eux identifiées. Il traitera de contextualiser du Projet comme une politique publique éducationnel de caractère social, en suivant une discussion sur les questions qui ont impliqués sur la mise en oeuvre et l'préparation. Pour finaliser avec une définition de méthode de recherche d'évaluation et ses principales résultats, à fin de contribuer pour la planification et pour mis en oeuvre de politiques publiques éducatives, que traitent des questions de relevance social lesquelles se caractérisent de manière transversal et interdisciplinaire et demandent des actions intersectorielles, de sorte que les politiques soient prises en compte de manière satisfaisant, comme les conclusion du dernier chapitre de la dissertation.

Mots Clés: Evaluation, politiques publiques éducationnels, transversalité, interdisciplinarité, violence, école.